

Senador nega intenção de ajudar Collor

O Presidente do Congresso, Senador Nelson Carneiro, negou ontem ter tentado favorecer o Governo Collor ao devolver ao Executivo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) sem a apreciação dos parlamentares. Nelson afirmou que vai acatar a decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito do mandado de segurança impetrado pelos líderes da Oposição contra a devolução do projeto ao Governo.

Nelson reafirmou que deu ao Legislativo várias oportunidades de votar a LDO antes do recesso, mas suas tentativas esbarraram na disposição da Oposição de só apreciar o projeto após a votação da lei salarial, o que acabou não ocorreu por falta de quorum. E disse que teria cumprido o artigo 57º da Constituição — que não permite recesso sem a prévia aprovação da LDO — se as Disposições Transitórias não discriminassem (artigo 35º) que o projeto precisa ser “devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa”.

O Presidente do Congresso justifi-

cou ainda que o artigo 165º da Constituição condiciona o disciplinamento da LDO à formulação de lei complementar. Nelson acrescentou que a LDO entrou em pauta no dia 19 de junho, mas um grupo de parlamentares pediu adiamento para o dia 21, quando não chegou a ser votada. O projeto teria que ser votado até o fim da sessão legislativa, ou seja, dia 30 de junho. Portanto, cometendo o que classificou de “violência regimental”, Nelson convocou sessão extraordinária para o sábado e uma sessão ordinária para segunda, quando a matéria novamente não foi apreciada.

Nelson afirmou que, se decidisse convocar o Congresso antes da decisão do STF, durante o recesso, seria alvo de críticas porque o Legislativo teria que desembolsar cerca de Cr\$ 1 milhão para pagar ajuda de custo para dois ou três dias de trabalho dos parlamentares.

Na página 6: Nelson não recusa o apoio do Governo federal
